

Coluna do Castello

O mesmo que se tivesse
havido pacto político

Havia ontem a expectativa de que a obstrução parlamentar fosse removida por ter sido obtido pela oposição o ganho possível que ela poderia produzir, ou seja, a concessão de um abono salarial nos dois últimos meses do ano. O governo dificilmente cederia além disso dispondo-se a discutir apenas o valor do abono. Daqui por diante a oposição teria mais a perder do que o governo, o qual poderia até baixar por medida provisória a pequena ajuda aos trabalhadores independentemente do comportamento do Congresso.

Os partidos coligados para efeito da obstrução não puseram em plenário número de parlamentares suficientes para derrubar os vetos do presidente, que tem contado com a colaboração de pemedebistas e outros representantes sensíveis aos interesses de estados e municípios, tão envolvidos quanto o governo central na questão da definição do salário mínimo. A evidência de que os vetos não cairão e outro rendimento não poderia ter a persistência da paralisação dos trabalhos legislativos haverá de levar ao encerramento do episódio.

Abre-se portanto o caminho para votação do orçamento, coisa que interessa mais às bancadas parlamentares e à oposição do que ao governo, que não paralisará seus trabalhos por falta da lei de meios. Poderá socorrer-se do orçamento deste ano. Com o orçamento terão curso igualmente leis do interesse comum, como o projeto das Diretrizes e Bases da Educação, o projeto do secretário de Cultura, Rouanet, e outros. Para o governo essa é a porta para a votação já do projeto de reforma tributária, o qual, juntamente com a emenda constitucional sobre ajuste fiscal, seria peça indispensável para a conclusão do acordo com o FMI.



A maioria, como já se sabe, quer votar o projeto fiscal do governo. Não é difícil prever que, se não o fizer, o presidente poderá recorrer ao seu poder de baixar medidas provisórias num assunto de irrecusável relevância e cuja urgência se tornará óbvia se o Congresso se recusar a votar agora a proposta governamental.

Quanto às emendas constitucionais, a pesquisa de Goes & Piquet confirmou o que se sabia, isto é, que a maioria de senadores e deputados quer a mudança da Constituição para fazer o ajuste fiscal e abrir o mercado a investimentos estrangeiros. Se não saírem até o dia 15 de dezembro, quando o Congresso entra em recesso, torna-se previsível sua convocação para janeiro a fim de que aprecie as diversas emendas, muitas delas já condenadas pela maioria parlamentar na mesma pesquisa. Os parlamentares não querem, por exemplo, em ano eleitoral, cortar a receita dos municípios e adotar providências que afetem o corporativismo da classe.

O panorama geral não se apresenta, no essencial, desfavorável aos projetos nos quais aposta o governo para consolidar sua política financeira em tempo de fechar as negociações com o FMI, que serão retomadas depois das festas de fim de ano. Apesar das discordâncias e dos atritos e apesar da ausência de um entendimento nacional que facilitaria as coisas, tudo parece marchar para soluções que importam na adoção implícita de um consenso que não se chegou a explicitar.

A vida política e parlamentar tem dessas coisas, como chegar-se a um entendimento, negando-o, desde que os fatos induzam à adoção mais cedo ou mais tarde de processos de ação aprovados pela sociedade para produzir as modificações sociais e econômicas desejadas pela maioria.